

Veículo: *Valor Econômico*

Data: 04/06/2008

Autora: Talita Moreira

Anatel busca consenso para votar mudanças hoje

O conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ainda buscava, ontem à noite, chegar a um consenso para colocar em votação nesta quarta-feira as mudanças propostas no Plano Geral de Outorgas (PGO) – necessárias para que a compra da Brasil Telecom (BrT) pela Oi (ex-Telemar) possa ser concluída.

“Cada conselheiro tem sua visão e, para que não haja dúvidas, queremos discutir para que a votação seja quatro a zero”, disse o conselheiro Antonio Bedran, que participou ontem, em São Paulo, de seminário sobre telecomunicações promovido pelo Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC).

O conselho diretor da Anatel é composto por cinco vagas, mas uma delas está em aberto. Bedran afirmou que não é necessário aguardar a nomeação de um novo conselheiro para que as mudanças sejam votadas. Ele acrescentou que o foco das alterações não é apenas a união entre Oi e BrT.

A discussão do novo PGO entrou na pauta das reuniões do conselho diretor da agência há duas semanas, junto com o Plano Geral para Alterações (PGA), que estabelecerá as diretrizes para a regulamentação do setor nos próximos dez anos. Porém, a análise de ambos foi adiada. Inicialmente, o presidente da Anatel, Ronaldo Sardenberg, pediu vistas dos dois documentos. Na semana passada, recolocou em discussão o PGO, mas aí foi a vez de Bedran solicitar vistas.

Segundo o conselheiro, as razões que o levaram a pedir tempo para fazer uma análise mais detalhada são poucas – “apenas questões de redação, de texto”. Ele não quis dizer se essas pendências já foram solucionadas.

Bedran afirmou que é “possível” e “desejável” que o PGO seja votado hoje. Se isso

acontecer, o texto entrará em consulta pública, que deverá se estender por um mês. Em seguida, será submetido ao conselho consultivo da Anatel, ao Ministério das Comunicações e, finalmente, à Presidência da República.

Na segunda-feira, o ministro das Comunicações, Hélio Costa, estimou que todo o processo levará cerca de dois meses.

Outro foco importante de mudanças no ambiente regulatório das telecomunicações – o projeto de lei 29, de 2007 – também poderá ser levado a votação hoje na Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática da Câmara dos Deputados. Se não houver adiamentos, será encaminhado ao plenário da Casa na próxima semana. A afirmação foi feita ontem pelo relator do projeto, deputado Jorge Bittar (PT-RJ), que também participou do seminário no iFHC.

O texto entre outros pontos, altera um artigo da Lei Geral de Telecomunicações (LGT) para permitir que as operadoras de telefonia prestem serviços de televisão por assinatura. Também estabelece cotas de produção nacional na grade de programação das empresas de TV paga. O relatório enfrenta resistências em todos os lados envolvidos e na própria comissão da Câmara.